



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº _____, DE 2018

(Do Senhor Alexandre Leite e outros)

Acréscce inciso ao artigo 144 e revoga o §8º do mesmo artigo da Constituição Federal, para inserir as guardas municipais no rol dos órgãos de segurança pública.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Esta Emenda Constitucional acresce inciso ao artigo 144 e revoga o §8º do mesmo artigo da Constituição Federal, para inserir as guardas municipais no rol dos órgãos de segurança pública.

Art. 2º O artigo 144 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

*“Art. 144.
.....
VI – guardas municipais.”*

Art. 3º O §8º do art. 144 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 144.
.....
§8º – As guardas municipais, estruturadas em carreiras, destinam-se à proteção dos bens, serviços e instalações municipais, bem como ao patrulhamento ostensivo e à preservação da ordem pública, sem prejuízo da atuação dos demais órgãos públicos, na esfera de suas competências.”.*

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICATIVA

O artigo 144 da Constituição Federal de 1988 permitiu, em seu §8º, que os municípios brasileiros criassem guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações. Ao inseri-la no Capítulo da CF dedicado à Segurança Pública, resta clara a intenção do constituinte de admitir o desempenho da atividade de segurança pública pelas guardas municipais.

Desde então, as guardas municipais tem se multiplicado em larga escala por todo o país, especialmente pelo Estado de São Paulo, e tem se mostrado fundamentais para a garantia da segurança da população brasileira.

É que o demonstram, por exemplo, os dados divulgados, em 2015, pela Conferência Nacional das Guardas Municipais do Brasil: ações da Guarda Civil Municipal de seis cidades do Grande ABC Paulista resultaram em 2.078 ocorrências atendidas e encaminhadas posteriormente aos Distritos Policiais, número correspondente à lavratura, em delegacias da região, por dia, de seis Boletins de Ocorrência resultantes de chamados acolhidos por guardas municipais.

Assim, a realidade das cidades brasileiras evidencia que, no Brasil, as Guardas Municipais apresentam-se como um complemento à segurança pública. E o aumento exponencial e generalizado da violência e da criminalidade provoca o clamor do povo brasileiro por uma segurança pública mais integrada e eficaz.

Necessário, portanto, formalizar, na legislação, o trabalho já realizado a partir da soma da atuação das guardas municipais à das outras forças policiais, tendo em vista que aquelas exercem atividade de polícia em vários municípios. Para tanto, deve-se a elas conceder as mínimas condições para colaborarem com as polícias estaduais no combate à criminalidade, democratizando eficientemente o sistema de segurança pública e o aparelho policial do país, a fim de que o Estado Democrático de Direito seja garantido, pois o apoio de quem atua na ponta viabiliza o desenvolvimento de políticas de segurança pública que contemplem as peculiaridades econômicas, culturais, sociais e geográficas de cada região.

Com esse objetivo, foi apresentado o Projeto de Lei da Câmara nº 39/2014, que, ao ser aprovado, originou a Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014. Trata-se do Estatuto Geral



das Guardas Municipais, regulamentação do §8º do artigo 144 da Constituição Federal, que versa sobre os papéis atribuídos às forças policiais no País.

A partir da publicação do referido diploma legal, as guardas municipais passaram a ter a missão de proteger vidas e não apenas o patrimônio, de atuar em conjunto com órgãos de segurança pública, de agir em situações de conflito e de colaborar com órgãos de trânsito, estaduais ou municipais, tendo em vista a irrefutável necessidade que os órgãos de segurança pública elencados no rol constante do *caput* do artigo ora em apreço têm de ajuda a fim de conter a onda de violência crescente no Brasil.

Em síntese, a lei padroniza a atuação das guardas municipais e traz avanços em relação ao policiamento preventivo e comunitário, consistindo em uma oportunidade para que os governos federais, estaduais e municipais se articulem em torno de um projeto de modernização com vistas ao oferecimento de segurança pública efetiva e eficaz aos cidadãos.

Ocorre que o referido diploma legal, apesar de em vigor, é objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5156/DF, em trâmite no Supremo Tribunal Federal. Nos autos, Presidência da República, Congresso Nacional e Advocacia-Geral da União manifestaram-se pela constitucionalidade da matéria, enquanto a Procuradoria-Geral da República posicionou-se no sentido de considerar inconstitucional apenas os incisos VI, XIII e XVII do art. 5º¹ da referida lei.

Tendo em vista que o processo ainda está pendente de julgamento e que a área da segurança pública carece da tomada de providências urgentes com vistas à diminuição da criminalidade e da violência na atualidade, não podemos nos quedar inertes enquanto aguardamos o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto.

Assim, considerando que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, os Municípios, por meio de suas Guardas Municipais, devem

¹ Art. 5º São competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais:

(...)

VI - exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal;

(...)

XIII - garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, ou prestá-lo direta e imediatamente quando deparar-se com elas;

(...)

XVII - auxiliar na segurança de grandes eventos e na proteção de autoridades e dignatários; e

(...)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL ALEXANDRE LEITE

somar esforços à polícia federal, à polícia rodoviária federal, à polícia ferroviária federal, às polícias civis, às polícias militares e aos corpos de bombeiros militares com vistas à ampliação da promoção da proteção não apenas aos bens, serviços e instalações públicas, mas tolhendo toda e qualquer ação criminosa, de forma preventiva ou repressiva, quando em cheque a ordem pública e a incolumidade das pessoas.

Para tanto, propomos, por meio da presente Proposta de Emenda à Constituição, a inclusão das guardas municipais no rol dos órgãos de segurança pública elencados no artigo 144 da Constituição Federal, para cuja aprovação solicito o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, em de de 2018.

Deputado **ALEXANDRE LEITE**



LISTA DE APOIAMENTOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2018

(Do Senhor Alexandre Leite e outros)

Acresce inciso ao artigo 144 e revoga o §8º do mesmo artigo da Constituição Federal, para inserir as guardas municipais no rol dos órgãos de segurança pública.

-	PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	GABINETE	ASSINATURA
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL ALEXANDRE LEITE

19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				
32				
33				
34				
35				
36				
37				
38				
39				
40				
41				
42				
43				



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL ALEXANDRE LEITE

44				
45				
46				
47				
48				
49				
50				
51				
52				
53				
54				
55				
56				
57				
58				
59				
60				
61				
62				
63				
64				
65				
66				
67				
68				



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL ALEXANDRE LEITE

69				
70				
71				
72				
73				
74				
75				
76				
77				
78				
79				
80				
81				
82				
83				
84				
85				
86				
87				
88				
89				
90				
91				
92				
93				



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL ALEXANDRE LEITE

94				
95				
96				
97				
98				
99				
100				
101				
102				
103				
104				
105				
106				
107				
108				
109				
110				
111				
112				
113				
114				
115				
116				
117				
118				



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL ALEXANDRE LEITE

119				
120				
121				
122				
123				
124				
125				
126				
127				
128				
129				
130				
131				
132				
133				
134				
135				
136				
137				
138				
139				
140				
141				
142				
143				



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL ALEXANDRE LEITE

144				
145				
146				
147				
148				
149				
150				
151				
152				
153				
154				
155				
156				
157				
158				
159				
160				
161				
162				
163				
164				
165				
166				
167				
168				



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL ALEXANDRE LEITE

169				
170				
171				
172				
173				
174				
175				
176				
177				
178				
179				
180				
181				
182				
183				
184				
185				
186				
187				
188				
189				
190				
191				
192				
193				



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL ALEXANDRE LEITE

194				
195				
196				
197				
198				
199				
200				
201				
202				
203				
204				
205				
206				
207				
208				
209				
210				
211				
212				
213				
214				
215				
216				
217				
218				



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL ALEXANDRE LEITE

219				
220				